



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Da coexistência socioecológica à convergências entre urbanização e natureza: colaborações em rede de ensino-pesquisa-extensão<sup>1</sup>

Heliana Faria Mettig Rocha  
PPGAU/UFBA

Liza Maria Souza Andrade  
PPG-AU/Unb

### Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

*Resumo. Introdução à problemática emergente que reconhece a coexistência das questões sociais e ambientais nos processos urbanos contemporâneos com vistas a possíveis caminhos de convergências socioecológicas. Revisão bibliográfica e aspectos teóricos norteadores. Aspectos metodológicos e breve histórico dos grupos envolvidos na rede colaborativa de ensino-pesquisa-extensão. Mapeamento da rede convergências socioecológicas em formação. Linha do tempo e trajetória dos sete encontros realizados entre 2020 e 2022. Análise dos conteúdos trabalhados nos encontros, aprendizados e desdobramentos. A conexão em rede colaborativa tem possibilitado reunir esforços como oportunidade de apresentar questões reais, persistentes e cotidianas, em busca de respostas que envolvem a criação de cidades e comunidades mais democráticas, justas e inclusivas, considerando revisitar as narrativas e reconhecendo o devido lugar das práticas comunitárias emergentes e práticas insurgentes como agentes de transformação socioespacial.*

*Palavras-chave. Estudos socioambientais; Práticas comunitárias emergentes; Práticas insurgentes; HIS; transformação socioespacial.*

### From socioecological coexistence to convergences between urbanization and nature: collaborations in a teaching-research-outreach network

*Abstract. Introduction to the emerging problem that recognizes the coexistence of social and environmental issues in contemporary urban processes with a view to possible paths of socio-ecological convergence. Bibliographic review and guiding theoretical aspects. Methodological aspects and brief history of the groups involved in the teaching- research-extension collaborative network. Mapping of the socio-ecological convergences network in formation. Timeline and trajectory of the seven meetings held between 2020 and 2022. Analysis of the contents worked on in the meetings, learning and developments. The collaborative network connection has made it possible to join efforts as an opportunity to present real, persistent and everyday issues, in search of answers that involve the creation of more democratic, fair and inclusive cities and communities, considering revisiting the narratives and recognizing the proper place of emerging community practices and insurgent citizenship practices as agents of socio-spatial transformation.*

<sup>1</sup> As pesquisas citadas neste artigo foram financiadas por agências de fomento: CAPES, CNPq, FAPESB e outras.

*Keywords: Socio-environmental studies; Emerging community practices; Insurgent practices; HIS; socio-spatial transformation.*

## **De la convivencia socioecológica a las convergencias entre urbanización y naturaleza: colaboraciones en una red de enseñanza-investigación-extensión**

**Resumen.** *Introducción a la problemática emergente que reconoce la coexistencia de cuestiones sociales y ambientales en los procesos urbanos contemporáneos con miras a posibles caminos de convergencia socio- ecológica. Revisión bibliográfica y aspectos teóricos orientadores. Aspectos metodológicos y breve historia de los grupos involucrados en la red colaborativa docencia-investigación-extensión. Mapeo de la red de convergencias socioecológicas en formación. Línea de tiempo y trayectoria de los siete encuentros realizados entre 2020 y 2022. Análisis de los contenidos trabajados en los encuentros, aprendizajes y desarrollos. La conexión en red colaborativa ha permitido aunar esfuerzos como una oportunidad para presentar problemáticas reales, persistentes y cotidianas, en busca de respuestas que impliquen la creación de ciudades y comunidades más democráticas, justas e inclusivas, considerando la revisión de las narrativas y el reconocimiento de las propias lugar de prácticas comunitarias emergentes y prácticas insurgentes como agentes de transformación socio-espacial.*

**Palabras clave:** *Estudios socioambientales; Prácticas comunitarias emergentes; Prácticas insurgentes; vivienda de interés social; transformación socioespacial.*

### **1. Introdução**

O meio ambiente urbano como cenário onde acontecem relações sociais, políticas e econômicas, desempenhadas por diversos grupos e construídas coletivamente, inclui diferentes culturas e valores impressos no espaço urbano e nos ecossistemas. Essas dimensões coexistem nas cidades, mas nem sempre convergem em projetos que realizam transformações socioespaciais de interesse social e coletivo. O planejamento urbano, a saúde pública, as áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharias trabalham essas questões de forma dissociada de uma concepção ecossistêmica, aumentando os desafios frente às mudanças climáticas e, mais recentemente, ao contexto da crise sanitária global.

Nas primeiras décadas do século XXI, os instrumentos de controle do uso do solo urbano têm servido mais a interesses particulares de uma minoria do que aos interesses da coletividade, sob o ponto de vista das comunidades urbanas e rurais. Do mesmo modo que as medidas compensatórias para recuperar perdas irreparáveis do patrimônio ambiental são insuficientes, sob o ponto de vista da natureza.

A atual sociedade capitalista precisa ser substituída por uma sociedade ecológica, preconiza Bookchin (2010). E, de acordo com Guattari (1989/2012), uma sociedade que implique nas radicais mudanças sociais indispensáveis para eliminar os abusos ecológicos provocados pelo sistema mercantilista, que, paradoxalmente, a classe mais abastada hoje tenta esconder sob a bandeira da economia verde (ANDRADE, 2014). A questão ambiental apenas será efetivamente solucionada caso haja avanços democráticos e de justiça social. As lutas ecológicas devem ser baseadas na indissociabilidade das transformações sociais profundas, questionando a apropriação privada da natureza e a organização social resultante da relação ambiente-sociedade (WALDMAN, 1992).

Neste sentido, coloca-se em pauta a problemática da coexistência de questões urbano-ambientais complexas na contemporaneidade, o que compete aos profissionais no campo ampliado da Arquitetura e Urbanismo, reconhecer esta coexistência socioecológica no meio ambiente urbano, bem como, seus desafios e potencialidades. E, a partir deste reconhecimento na escala local à regional, buscar caminhos de convergência socioecológica em projetos e práticas de potencialidades coletivas, por meio de ações propositivas criativas. Muitas vêm sendo

desenvolvidas no âmbito do ensino-pesquisa-extensão universitária, em todo o território nacional, e alguns desses grupos conformam o objeto de estudo deste artigo.

Alguns pesquisadores visualizam as correlações existentes entre a saúde humana e o estado dos ecossistemas, as manifestações de doença e saúde que ocorrem em contextos socioecológicos complexos, tendo as bacias hidrográficas como unidades de planejamento, bem como, as iniciativas comunitárias em lugares de moradia e convívio como práticas comunitárias emergentes (ROCHA, 2017), bem como, práticas insurgentes pelo direito à cidade (HOLSTON, 2009; FREITAS et al., 2021).

Estudos fundamentados em uma abordagem transversal aos três registros ecológicos, ou seja, as três eco-lógicas do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana, buscam compreender as singularidades nessa diversidade coletiva (GUATTARI, 1989/2012), sendo inerentes às relações entre comunidade e natureza, como uma das chaves na busca pelo fortalecimento dessas transformações socioespaciais potencializadoras do coletivo (ROCHA, 2017).

Esse tipo de abordagem transversal torna-se necessária para lidar com impactos sociais e ambientais persistentes nos contextos desiguais das cidades brasileiras, para além da Agenda 2030, com uma visão transdisciplinar e transescalar dos padrões espaciais dos “ecossistemas urbanos”, conforme proposta por Andrade (2014), que inclui os aspectos físicos, biológicos, sociais e do ambiente construído.

Para esta compreensão ampliada, é desenvolvida uma revisão bibliográfica que norteia e compõe a abordagem pretendida, buscando fundamentar caminhos teórico-metodológicos que dão suporte às diversas iniciativas.

Pretende-se reunir um breve panorama sobre experiências conduzidas pelo protagonismo técnico, e também por outros protagonismos, quando orientados por cidadãos- agentes de transformação do meio ambiente urbano. Por um lado, com táticas urbanas e renovação de espaços públicos e, por outro lado, enfrentando a injustiça ambiental, sob o paradoxo da prática da remoção de populações, justificadas por degradações ambientais injustamente atribuídas.

Estas experiências envolvem interações entre grupos de estudos, pesquisa e extensão de diferentes universidades brasileiras que se alinham em suas formas de atuação. Por um lado, possuem a mesma visão de que o tripé ensino-pesquisa-extensão deve ser o eixo de formação do estudante e que a graduação é um espaço de construção do conhecimento em que professores e estudantes são sujeitos críticos e participativos do ato de aprender e de produzir conhecimentos, ao se confrontarem com a realidade (FORPROEX, 2012). Por outro lado, aproximam as ciências ecológicas e sociais no desenvolvimento de projetos de escala local, urbana e regional, no campo da Arquitetura, Urbanismo e campos complementares.

Nesse sentido, Boaventura de Souza Santos (2011) afirma que o espaço dentro e fora da universidade é onde se realiza o processo histórico social vivido por diferentes atores, uma forma de democratizar o saber acadêmico, ou de “ecologizar” os saberes, incluindo o saber popular no processo de formação acadêmica-científica.

Essa construção vêm sendo articulada pelos referidos grupos e um breve histórico desse percurso é desenvolvido com vistas a reconhecer o processo de formação de uma rede colaborativa (FARIA, 2012), a partir de uma trajetória de encontros realizados entre 2020 e 2022, somados à uma reflexão sobre os conteúdos trabalhados nesses encontros, de modo a promover desdobramentos e possibilidades futuras.

As trocas realizadas nesses encontros foram atravessadas por problemáticas que têm em comum o reconhecimento de saberes, práticas e projetos que transitam em campos transdisciplinares, de relevância ambiental e social, movendo recursos imateriais para a construção e difusão de

conhecimento sobre abordagens que têm a convergência socioecológica como enfoque em projetos de múltiplas escalas.

Dessa forma, o artigo busca refletir sobre as ações da rede colaborativa de pesquisa e extensão em formação, e fortalecer esse encontro de saberes, no intuito de avistar desdobramentos por uma abordagem transdisciplinar crítica que considere as relações entre os saberes populares e o conhecimento técnico, as conexões com o ambiente construído e o natural, identificando tecnologias sociais e construtivas de baixo impacto ambiental, que promovam melhores condições de qualidade de vida e saúde para populações em situação de vulnerabilidade.

## 2. Revisão bibliográfica e aspectos teóricos

No intuito de ampliar a compreensão de conjunto, torna-se necessário desenvolver uma revisão bibliográfica que norteie e compõe a abordagem transdisciplinar pretendida, buscando fundamentar caminhos teórico-metodológicos que dão suporte às diversas iniciativas dos grupos envolvidos e que apresentam ser complementares em seus aspectos teóricos-metodológicos.

Na visão de Andrade (2014), a Ecologia pode ser considerada a nova disciplina holística, com raízes nas ciências biológicas, físicas e sociais, que tem como meta unir as ciências naturais e sociais. Porém, ainda há muito que se avançar na direção da abordagem transdisciplinar. Por outro lado, o desenho urbano é resultado da integração entre Arquitetura e Urbanismo, Paisagismo e Planejamento urbano, e tem interface com várias disciplinas que lidam com os fenômenos do espaço e da cidade como Sociologia, Psicologia, Ecologia, Engenharias, entre outras. Nesse sentido, também possibilita interface entre as ciências sociais e as ciências ecológicas, conferindo-lhe um caráter transdisciplinar.

Nessa interface, como a Ecologia é um ramo da Biologia que estuda as relações entre os seres vivos e o meio ambiente onde vivem, é relevante a influência que cada um exerce sobre o outro. A palavra *Ökologie* deriva da junção dos termos gregos *oikos* que significa “casa” e *logos* que significa “estudo”. O conceito de sistema sócioecológico é capaz de reunir os elementos que compõem o ambiente, ou seja, o ser humano, elementos naturais e construídos, e suas interrelações, que podem ser integradas na visão sistêmica de interdependência. Inclui as dimensões social, ambiental, econômica, cultural, política, educação, comunicação e de crenças (ROCHA, 2017).

Na visão dos autores Odum e Barrett (2007/1953, p. xiv), a Ecologia como estudo da Terra como lar amadureceu o suficiente para ser considerada uma ciência básica e integrativa do ambiente, contribuindo para uma “terceira cultura” - ponte necessária entre a ciência e a sociedade -. É a disciplina que remete aos mais altos e complexos níveis de organização biológica, permanece como um estudo do holismo e da emergência porém, atualmente, é vista não só como uma ciência biológica, mas como uma ciência humana.

De acordo com Andrade (2014), torna-se fundamental experimentar novas abordagens integrativas, de níveis múltiplos e escalas amplas alcançando o entendimento transdisciplinar ou da “ciência da sustentabilidade”, apontada por Odum e Barret (2007/1953, p. 16) como “ciência integrativa” a partir do pensamento sistêmico complexo (MORIN, 2005).

No pensamento de Guattari (1989/2012), é necessário ir além, devendo-se promover uma nova articulação ético-política entre os três registros eco-lógicos: o do nível do ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana, o que conceitua como Ecosofia. Para o autor, é necessário promover um novo paradigma ético e um novo paradigma estético, que passam pela área da psicanálise (práticas “psi”) e todas aquelas que estão em posição de intervir nas instâncias psíquicas individuais e coletivas, educação, saúde, cultura, esporte, artes, mídia, moda, arquitetura e urbanismo, entre outras (ANDRADE, 2014).

Para tanto, pressupõe-se que análises sob a perspectiva micropolítica, proposta por Guattari e Rolnik (1986/1996), como a resistência das comunidades tradicionais ou mesmo a resiliência do

movimento de ecobairros e ecovilas, coexistem e são reciprocamente atravessadas pela macropolítica e movimentos de luta pelo Direito à Cidade (LEFEBVRE, 1968/1991). “Em suma, tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (GUATTARI, ROLNIK, 1986/1996, p. 83).

Ademais, questões ambientais e sociais no meio ambiente urbano não são consideradas interrelacionadas, pelo contrário, disputam valorações, referindo-se ao nível local ou à cidade. Em meio a essa realidade, iniciativas emergem no nível local das comunidades e começam a ser visibilizadas por pesquisadores em ações extensionistas (ANDRADE *et al.*, 2022; CARDOSO e GOMES, 2020; ROCHA, 2017, 2022; FREITAS *et al.*, 2021; FERNANDES e FREITAS, 2020).

Modelos de análise vêm sendo desenvolvidos para compreender essas iniciativas comunitárias, a exemplo dos estudos sobre governança *bottom-up* ou “de baixo para cima”, *top-down* ou “de cima para baixo” e *bottom-linked* (EIZAGUIRRE *et al.*, 2012). Nesse sentido, Rocha (2017) desenvolveu um método que procura identificar e analisar caminhos de resistência e de resiliência dessas práticas locais e iniciativas comunitárias, no intuito de potencializá-las a partir do estudo das suas origens e interrelações que mantêm ou promovem entre comunidade e natureza. Por sua vez, estes processos são potencializadores de transformação socioespacial nas cidades.

Na visão de Andrade (2014), o modelo de planejamento urbano vigente no Brasil, apesar da exigência do Estatuto da Cidade de 2001 de gestão participativa no processo, ainda é um modelo que define o macrozoneamento de “cima para baixo”. As soluções de planejamento lançam diretrizes para grandes zonas urbanas, dificultando o entendimento das comunidades locais e, em muitos casos, favorecem a lógica imobiliária. O planejamento urbano de zoneamentos no Brasil se distanciou dos estudos da forma urbana, trabalha com diretrizes gerais, não “toca o chão” e não considera iniciativas locais emergentes, de “baixo para cima”.

Uma outra visão, segundo Alexander *et al.* (2012/1987), é que o crescimento e a construção das cidades englobam muitos processos e objetivos democráticos, com inúmeros aspectos mesclados a interesses particulares porém, sem qualquer ordem específica. Torna-se difícil conciliar todos os fatores e englobar os aspectos que, para o autor, geram uma compreensão de “totalidade”. Os planos urbanísticos tentam coordenar centenas de atos construtivos em separado, e ainda não conseguem absorver as “regras de combinação” ou “padrões” de comportamento do sistema urbano, pois são múltiplos agentes interagindo dinamicamente no espaço, e que resultam em algum tipo de macrocomportamento.

Andrade (2014) considera que acabam sendo estabelecidos pesos e prioridades diferentes. No entanto, urge a necessidade de buscar soluções para questões como a poluição e o esgotamento dos recursos naturais, o aumento das desigualdades sociais, a procura pelo bem estar na saúde humana, a necessidade de adaptação aos efeitos das mudanças climática e sua prevenção, para que as pesquisas sobre as cidades consigam recuperar a noção de “totalidade” perdida (ALEXANDER *et al.*, 2012/1987).

### **3. Aspectos metodológicos e breve histórico dos grupos envolvidos**

A partir da construção teórica desenvolvida, alguns recursos metodológicos serão apresentados para auxiliar no processo de síntese e reflexão proposto, a saber: (i) breve histórico dos grupos de estudos, pesquisa e extensão envolvidos; (ii) linha do tempo com os encontros realizados no processo de formação da rede; (iii) quadro-síntese sobre a relação dos encontros remotos realizados pelos grupos envolvidos na rede no período de 2020 a 2022; (iv) panorama dos conteúdos trabalhados nos encontros.

Esses aportes metodológicos visam articular as dimensões complementares norteadas pela revisão bibliográfica, e que têm fundamentado abordagens socioecológicas para uma diversidade de projetos desenvolvidos por pesquisadores dos grupos em questão. Estes reconhecem o processo de formação de uma rede colaborativa de ensino, pesquisa e extensão, que vem se

consolidando a partir da trajetória de encontros realizados nos últimos dois anos, trazendo elementos relevantes para uma reflexão sobre os conteúdos trabalhados nesses encontros, além de reconhecer desdobramentos alcançados e possibilidades futuras.

Para este artigo, foram selecionados da trajetória de encontros realizados, principalmente, aqueles relativos à congressos nacionais promovidos pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANPARQ e pela Associação Nacional Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, e Mesas Redondas no âmbito da UFBA e UnB, com algumas retransmissões no evento Circuito Urbano da ONU Habitat, todas realizadas no modo remoto, onde foram propostas Sessões Livres para promover a discussão em torno da temática emergente sobre convergências socioecológicas no campo da Arquitetura e Urbanismo.

O planejamento urbano-ambiental requer posicionamentos teóricos e generalizações conceituais possíveis para promoverem a capacidade de articulação das escalas e a correta compreensão da inserção das cidades na natureza. Isto, quanto às estratégias de uso e ocupação do solo, incluindo a discussão sobre morfologia urbana, tipologias de parcelamento e edificações, ferramentas de análise e subsídios para formulação de políticas públicas (ANDRADE, 2014).

De acordo com Andrade *et al.* (2022), as cidades brasileiras estão em permanente estado de crise, portanto é imperativo pensar na “emergência” de soluções democráticas participativas no nível local dos bairros e das comunidades. O processo participativo no planejamento urbano e regional permite reforçar que os cidadãos se reconheçam em seu bairro e em sua cidade. A realidade da localidade, conforme entendida pelos membros da própria comunidade, pode ser bastante distinta daquela idealizada nos ambientes acadêmico e profissional da Arquitetura e Urbanismo.

Para retratar diferentes experiências nesse contexto, segue um breve histórico dos grupos envolvidos nos encontros referidos.

A partir do centro-oeste, o grupo de pesquisa e extensão “Periférico trabalhos emergentes”, em Brasília, com o desenvolvimento de pesquisas e assessoria técnica sobre produção do habitat que abrange temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico relacionados à produção do espaço no campo e na cidade (Reforma Urbana e a Reforma Agrária), integrados no formato de pesquisa-ação por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão transdisciplinar e transescalar. O grupo vem desenvolvendo experiências extensionistas com metodologia que considera os sujeitos sociotécnicos do território, os padrões e táticas urbanas relacionadas às dimensões da sustentabilidade na luta pelo direito ao território. São projetos e práticas que envolvem lideranças comunitárias e movimentos populares. Em parceria com o Grupo de Pesquisa Água e Ambiente Construído durante a pandemia desenvolveu estudos sobre a Cartografia dos Assentamentos informais "Cartografias das ocupações informais nas microbacias e Regiões Administrativas do Distrito Federal: a conquista do direito à água e ao saneamento e planejamento de territórios saudáveis e mais sensíveis à água".

Referindo-se ao nordeste, o grupo de estudos Sócio.eco.lógicas, na Bahia, vêm desenvolvendo uma abordagem socioecológica como metodologia de leitura para identificar e fortalecer práticas comunitárias emergentes nos processos de transformação socioespacial (ROCHA, 2022), dando suporte a trabalhos na Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) e na Liga Acadêmica Interdisciplinar em Práticas Socioecológicas (LAIPS). Em Fortaleza, o grupo ArqPET tem desenvolvido atividades de pesquisa e extensão no intuito de promover a regularização de áreas de ocupação habitacional em zonas de interesse social (ZEIS), assim como fortalecer a luta por saneamento básico e proteção das áreas livres remanescentes na periferia.

Já ao norte, o grupo Urbanização e Natureza na Amazônia - Urbana, baseado em Belém, aborda experiências de pesquisa em comunidades tradicionais, e em contexto periurbano e periférico às cidades amazônicas, e pesquisa padrões espaciais nativos, com atenção para os conflitos entre agentes sociais e as possibilidades de uma economia popular que preserva ecossistemas. Destaca que existe disputa entre as narrativas nativa e colonizadora, e que desse encontro podem

emergir novos padrões de urbanização relacionados à natureza, com potencial para uma diálogo epistemológico com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

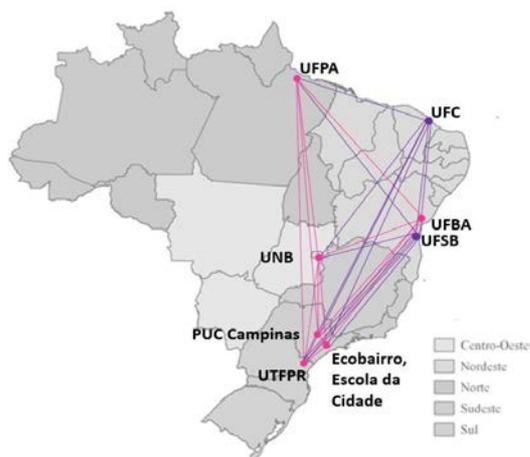
O sudeste traz duas experiências. A primeira, em Campinas, sistematiza inquietações sobre o ensino de projeto de arquitetura, urbanismo e planejamento territorial no Brasil e propostas para práticas profissionais mais efetivas frente às mudanças climáticas e às epidemias. A segunda reúne o grupo Plataforma arquitetura e biosfera, em São Paulo, e o programa permanente Ecobairro voltam-se para uma experiência piloto de elaboração de um plano de lei (PL) para implantação de ecobairros em áreas urbanas de São Paulo, entre outras experiências extensionistas conjuntas com o Núcleo de Estudos e Intervenções na Cidade (NEIC) em territórios indígenas na região sul da Bahia.

No sul do país, a iniciativa do Escritório Verde, em Curitiba, no âmbito de um curso de especialização, recupera práticas e produtos sustentáveis em tecnologias sociais e de baixo impacto na construção experimentos-piloto, capaz de exemplificar um possível diálogo pelo viés da tecnologia que considera o meio social e ambiental em suas soluções na escala da edificação.

Nesse breve panorama nacional de experiências em busca de caminhos de convergência socioecológica em projetos urbanos e regionais, motiva-se questionar: Frente aos caminhos possíveis que se apresentam no campo transdisciplinar da Arquitetura e Urbanismo, entre desafios e potencialidades, como ampliar o alcance da visão socioecológica no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, visando a transformação socioespacial das cidades contemporâneas?

#### 4. Rede colaborativa em formação

Em busca de responder a questão levantada, entende-se que um breve panorama brasileiro sobre experiências que movem formas diversificadas de enfrentar a problemática socioecológica em questão torna-se desejável. Dessa forma, é relevante conhecer e difundir diferentes caminhos de convergência socioecológica em projetos de escala local, urbana e regional no campo da Arquitetura-Urbanismo e campos complementares que aproximam ciências ecológicas e sociais para ampliar o alcance do debate na construção desta abordagem.



**Figura 1.** Distribuição da Rede Convergências Socioecológicas por região no Brasil. (fonte: elaborada pelos autores).

A Figura 1, acima, ilustra a distribuição da localização dos grupos acadêmicos envolvidos, até o ano 2022, na consolidação de uma rede colaborativa em ensino-pesquisa-extensão em convergências socioecológicas.

Na sequência, encontra-se ilustrada na Figura 2, a trajetória dos encontros em uma linha do tempo, que se inicia no ano 2000 até o ano 2022, englobando 12 (doze) encontros realizados no período de dois anos, com o intuito de trocar conhecimentos e experiências que têm como eixo norteador o desenvolvimento de abordagens de convergência socioecológica em projetos.



**Figura 2.** Linha do tempo dos encontros realizados em colaboração. (fonte: elaborada pelos autores).

Um breve panorama dos conteúdos trabalhados nos encontros é apresentado a seguir, no intuito de documentar e proporcionar a reflexão necessária para se ampliar o alcance da rede em formação.

Deste modo, busca-se compreender os aspectos de interesse à problemática em questão, bem como, os aspectos comuns e distintos destacados pelas experiências relatadas nas Sessões Livres e Mesas Redondas elencadas, a partir de 2020. De modo complementar, são ressaltados os desafios e potencialidades desse processo colaborativo de aprendizagem mútua.

O Quadro 1, abaixo, apresenta uma relação dos encontros em modalidade remota, em que os grupos que compartilham a Rede Convergências Socioecológicas se encontraram no período de 2020 a 2022, contendo os títulos, o ano, o tipo e o nome do evento que proporcionaram esses encontros.

**Quadro 1.** Relação dos Encontros em modalidade remota (fonte: elaborado pelos autores).

Títulos dos Encontros	Dados		
	Ano	Tipo	Evento
Caminhos de Convergência Socioecológica Transdisciplinar: saberes, projeto e prática em Arquitetura-Urbanismo e Saúde	2020	Mesa Redonda/ Sessão Livre	1º CONGRESSO VIRTUAL UFBA e VI ENANPARQ
Convergência Socioecológica em Paulo Freire: a realidade- ambiente concreta e cotidiana do tecido social e a teia do mundo natural	2021	Mesa Redonda/ Sessão Livre	21ª SEMANA UNIVERSITÁRIA DA UnB 2021 - 100 anos de Paulo Freire e CIRCUITO URBANO ONU HABITAT
Justiça Climática para produção do habitat: infraestruturas físicas e sociais mais resilientes	2022	Sessão Livre	XIX ENANPUR
Convergência Socioecológica: da cogestão local ao fomento de políticas	2022	Mesa Redonda	CIRCUITO URBANO ONU HABITAT
Planos de Bairro: convergências socioecológicas no planejamento e cogestão da escala local	2022	Sessão Livre	VII ENANPARQ

Obs. Recorte temporal 2020-2022.

#### 4.1 Congresso virtual UFBA 2020 e VI ENANPARQ 2020

Partindo do ano 2020, a primeira proposição de Sessão Livre “Caminhos de Convergência Socioecológica: saberes, projeto e prática” teve como ideia inicial a promoção de um encontro de pesquisadores que, até então, desenvolviam projetos de ensino, pesquisa e extensão alinhados com uma visão integradora socioambiental. Naquele momento, apontavam para uma aproximação

à proposta de convergência socioecológica, recém explorada na tese de doutorado da proponente da sessão. A tese intitulada “O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes: caminhos de coexistência ecológica em projetos urbanos” foi desenvolvida durante os anos de 2013 a 2017. Os professores convidados para a sessão, de alguma forma, fizeram parte da trajetória da pesquisa de doutorado, principalmente, em encontros proporcionados por eventos acadêmicos e colaborações de ensino e pesquisa na pós-graduação. O eixo norteador deste encontro foi a forma inovadora em termos de tecnologias sociais e ambientais que foram apresentadas e discutidas na sessão.

Este evento foi desdobrado em dois momentos. Inicialmente, proposto para o VI ENANPARQ que aconteceria em Brasília em 2020, este foi adiado para março de 2021, motivado pela crise sanitária provocada pela pandemia de COVID-19, o qual foi adaptado para o formato online. Durante o período de adiamento, ocorreu o 1º Congresso Virtual da UFBA e, o grupo se propôs a realizar uma Mesa Redonda sob o título “Caminhos de Convergência Socioecológica Transdisciplinar: saberes, projeto e prática em Arquitetura-Urbanismo e Saúde”, reforçando o diálogo necessário para se aprender a lidar com impactos sociais e ambientais persistentes nos contextos desiguais das cidades brasileiras, para além da Agenda 2030, com uma visão transdisciplinar e transescalar dos ecossistemas urbanos. A questão da saúde ecossistêmica foi o eixo norteador dos processos e trabalhos apresentados (ROCHA, ANDRADE, 2020).

Os temas reuniram reflexões diversificadas e contextualizadas a cada região do país, formando um panorama brasileiro, desde o centro-oeste, nordeste, norte, sudeste, ao sul.

Do centro-oeste, Liza Andrade e Natália Lemos (2020) apresentaram “Convergência socioecológica transdisciplinar e transescalar na governança territorial por meio de táticas urbanas e padrões espaciais”. Do nordeste, Heliana Mettig Rocha e Maria Angela Cardoso (2020) apresentaram o texto “Experimentando caminhos de convergência socioecológica no ensino-pesquisa-extensão em Arquitetura-Urbanismo-Paisagismo”. Do norte, o texto de Ana Cardoso e Taynara Gomes (2020) sinalizou “A disputa pela terra das ocupações tradicionais no contexto amazônico: emergência por uma convergência socioecológica dos padrões de urbanização”. Do sudeste, Laura Bueno (2020) desenvolveu “Desafio socioecológico: a urgência de um urbanismo social para combater o “urbanismo vagabundo”. Ainda do sudeste, Lara Freitas e Luis Octavio de Faria e Silva apresentaram “Enfermeir@s do mundo antigo e parteir@s de um mundo novo: instrumentos facilitadores de caminhos no sentido de ecobairros para comunidades regenerativas”. Enquanto do sul, Eloy Casagrande Filho e Líbia Patrícia Peralta apresentaram a experiência do “Escritório verde da UTFPR: o ensino através da prática da sustentabilidade”.

Ambos os encontros oportunizaram reunir experiências nas escalas local, urbana e regional que integravam o protagonismo técnico dos estudantes e professores envolvidos nos trabalhos, e também outros protagonismos, em meio aos diversos agentes de produção e transformação do espaço urbano.

#### *4.2 Semana universitária da UnB 2021 - 100 anos de Paulo Freire e Circuito Urbano 2021: Cidades na linha de frente da ação climática*

Em 2021, a Mesa Redonda “Convergência Socioecológica em Paulo Freire: a realidade-ambiente concreta e cotidiana do tecido social e a teia do mundo natural” foi proposta na Semana Universitária da UnB que versava sob a temática dos 100 anos de Paulo Freire. O grupo de pesquisadores incorporou alguns estudantes de graduação e pós-graduação, que juntos aos professores, apresentaram projetos de ensino-pesquisa-extensão no campo da Arquitetura-Urbanismo, com enfoque na educação freiriana.

As temáticas apresentadas e debatidas tiveram como princípios: fortalecer o diálogo entre as questões sociais e ecológicas; a comunicação assertiva e não violenta; as ações de “baixo para cima”, “de dentro para fora”, do “indivíduo ao coletivo” e, principalmente, a educação como via de mão dupla no ensino-pesquisa-extensão (FREIRE, 2001).

A Mesa foi retransmitida no evento Circuito Urbano da ONU-Habitat para um público ampliado. Neste evento, voltado para as cidades na linha de frente as ação climática, o grupo se propôs a reunir experiências que apresentassem caminhos de convergência socioecológica em projetos de escalas diversas, no campo da Arquitetura-Urbanismo e da Saúde, aproximando ciências ecológicas e sociais. Esse diálogo mostrou a relevância em lidar com impactos sociais e ambientais persistentes nos contextos desiguais das cidades brasileiras, para além da Agenda 2030, com uma visão transdisciplinar e transescalar dos ecossistemas urbanos.

Como exemplos de trabalhos apresentados, tem-se pesquisas realizadas por grupos distintos, mas que convergem em seus princípios norteadores, a exemplo da pesquisa realizada por membros do Grupo Periférico sobre Cidades Saudáveis, que trata desde os ecossistemas urbanos, infraestruturas verdes e azuis até o racismo ambiental em territórios quilombolas; pesquisa em seis comunidades em Belém, com casos de ribeirinhos, quilombolas e indígenas, bem como, a ampliação do repertório de leitura com a discussão de autores sobre racismo e diversidade, gerando impacto nas minorias na região metropolitana e a valorização da história contada a partir dessas populações; atividades de monitoramento socioambiental da região da Lagoa da Viuva, na periferia sudoeste de Fortaleza, bem como, o trabalho em torno do coletivo @bonsjardinsurbanos, no desenvolvimento não apenas atividade de educação ambiental nas escolas, mas também de formação política e apoio técnico nas reuniões junto ao poder público.

De modo complementar, foram apresentadas e discutidas pesquisas sobre práticas socioecológicas comunitárias de autogestão e resiliência urbana na cidade de Salvador e entorno, somadas à relatos de atividades extensionistas na capacitação em assistência técnica em habitação de interesse social (HIS); além da apresentação de um recorte sobre as práticas da Liga Acadêmica Interdisciplinar em Práticas Socioecológicas (LAIPS), ressaltando as metodologias utilizadas e aprendizagens nesta iniciativa estudantil.

Também foram relatados e debatidos projetos de ensino em Arquitetura e Urbanismo, vinculados em processos de projeto e pesquisa em saúde, bem como, relato e debate de uma atividade de ensino-pesquisa-extensão voltada para um caso de desenho participativo em uma comunidade tupinambá no sul da Bahia.

#### 4.3 XIX ENANPUR 2022

Neste evento, a Sessão Livre “Justiça Climática para produção do habitat: infraestruturas físicas e sociais mais resilientes”, organizada por Andrade e Rocha (2022) reuniu experiências distintas em Belém, Distrito Federal, Salvador e no Sul da Bahia, para discutir sobre desafios recorrentes que carecem de uma abordagem mais propositiva. O debate iniciado em encontros anteriores sobre convergências socioecológicas em projetos realizados nas distintas regiões do país, avançaram nas questões referentes aos riscos e vulnerabilidades, regularização fundiária e, essencialmente, às potencialidades locais e estratégias de resistência e resiliência.

A temática da Sessão foi inspirada pelas discussões que ocorreram na COP 26 - Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2021, onde foi reforçado que o século 21 será marcado pelas transformações climáticas. Representantes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) ressaltaram, em apresentação no evento que as descobertas publicadas no último relatório, como a progressão de temperaturas, precipitações e eventos naturais cada vez mais extremos serão constantes no planeta.

Os impactos socioeconômicos dessas transformações serão elevados, particularmente nos países em desenvolvimento. Somadas aos efeitos da pandemia do COVID-19, os eventos extremos tendem a aumentar as desigualdades sociais e econômicas no planeta. Os impactos das mudanças climáticas como os efeitos de processos de desertificação, de eventos climáticos extremos (chuvas intensas, ondas de calor etc.), do aumento do nível do mar, entre outros, atingem de forma e intensidade diferentes grupos sociais distintos. Com o enfoque nas populações vulnerabilizadas, que sofrem preconceitos e privações históricas, estas estão expostas a situações

como enchentes e deslizamentos de terras, escassez de água e alimento, ausência de direitos relacionados ao reconhecimento dos territórios tradicionais, falta de condições dignas de moradia e saneamento básico. Tais populações são compostas, principalmente, de pessoas negras, indígenas, de comunidades tradicionais ou periféricas, quilombolas, mulheres, imigrantes e a comunidade LGBTQI+.

Embora sejam as que menos contribuem com o agravamento da crise climática, sofrem os impactos mais pesados. A desigualdade social é determinante no grau de exposição desses grupos sociais aos riscos ambientais e o movimento por justiça climática e ambiental, integra os direitos humanos às mudanças climáticas e compreende que a ação destrutiva da humanidade sobre a natureza é uma questão política.

Nesse encontro, ficou clara a importância de criar alternativas frente ao poder global e valorizar as expressões locais e territoriais, dando voz aos movimentos populares, antirracistas e de gênero nos processos de planejamento e decisórios.

Neste contexto da década da restauração dos ecossistemas das Nações Unidas, foi tratada a urgência em reivindicar aos governos e junto à sociedade o aumento dos investimentos em infraestrutura física e social mais resilientes para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas humanos e naturais aos eventos extremos, no planejamento urbano regional. Ficou em destaque o desafio necessário e urgente para as políticas públicas em garantir: a soberania alimentar, a segurança hídrica e o direito à água e ao saneamento, reduzir os riscos de desastres, melhorar as condições de saúde, manter os serviços ecossistêmicos e reduzir a pobreza e a desigualdade.

Neste evento buscou-se relacionar as ações de cada grupo para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas humanos e naturais aos eventos extremos na produção do habitat, em sinergias com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030.

Entre as ODS que mais se relacionam com as ações da rede, tem-se o planejamento urbano regional que tem relação direta com os ODS 11: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, ODS 3: Saúde e Bem-Estar “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” e o ODS 6: “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”, fundamentado na Resolução da ONU - Assembleia Geral em julho 2010, que “reconheceu o direito à água potável e sanitária e segura como um direito humano essencial para o pleno gozo da vida e todos os direitos humanos” (GA res 64/292).

A rede BrCidades realizou em setembro de 2021 o III Fórum Nacional BrCidades, visando rediscutir a agenda urbana nacional frente aos desafios dados pela crise sanitária e urbana e participar da construção social de um projeto para as cidades do Brasil, frente a falta de integração do saneamento ambiental com outras políticas públicas como habitação, saúde pública, recursos hídricos, meio ambiente e planejamento territorial urbano no Brasil.

A discussão girou em torno de propostas de infraestruturas físicas e sociais mais resilientes como governança e tecnologias sociais de saneamento para promover “assentamentos informais sensíveis à água”, dando um salto (*leapfrogging*) da abordagem convencional de infraestrutura cinza para as soluções de infraestrutura ecológica.

Além da luta pelo direito à água e ao saneamento, foi discutida a relevância de avançar nas ações e práticas de saneamento no Brasil que envolvem o ciclo da água, solo, vegetação e atmosfera, integrando as águas servidas, as águas potáveis e as águas da chuva, que ainda seguem a lógica insustentável do atendimento às demandas emergentes, bem como, a produção de alimentos nas regiões periurbanas. A crise habitacional e a crise climática apontam caminhos para um futuro mais resiliente, ao considerar a participação dos habitantes na construção de estratégias para um desenvolvimento sustentável que incorpore as práticas locais.

#### 4.4 Circuito Urbano 2022 ONU-HABITAT

Em 2022, com a participação de todos os nove membros da rede em formação, neste evento do Circuito Urbano 2022, na Mesa proposta “Convergência Socioecológica: da cogestão local ao fomento de políticas” foi possível realizar um balanço das ações da rede colaborativa, visando desdobrar ações para uma agenda comum que, no contexto das mudanças climáticas, ampliasse as pautas por uma abordagem de convergência socioecológica em projetos no campo da Arquitetura, Urbanismo e áreas afins. O balanço foi guiado pela localização dos ODS nos trabalhos em andamento, visando cidades e assentamentos humanos mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ODS11), a redução das desigualdades (ODS10) e cidades sensíveis à água (ODS6).

Muito do que foi discutido nesta Mesa será apresentado na sessão Aprendizados, Desdobramentos e Considerações Finais, por configurar uma espécie de balanço das ações da rede até o momento.

#### 4.5 VII ENANPARQ 2022

A Sessão Livre “Planos de Bairro: convergência socioecológicas no planejamento e cogestão da escala local”, proposta por Lara Freitas e Heliana Mettig, reuniu a rede no intuito de promover o debate sobre estudos e pesquisas que trouxessem a possibilidade do diálogo e reflexão sobre a importância de Planos de Bairro como instrumento de planejamento local, ainda que não estejam presentes em planos diretores de muitas das cidades brasileiras de pequeno médio ou grande porte, como oportunidade para que o desenvolvimento local seja impulsionado - tanto para proteger e preservar o patrimônio, quanto para sanar as disfunções e vulnerabilidades no território e nas relações atuais e futuras. Tomou-se por base a realidade de São Paulo, no Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014 esse instrumento está previsto de maneira breve e sucinta, em artigos específicos, mas percebe-se que as considerações feitas são insuficientes para dar conta da complexidade da realidade na qual se insere, para que esse instrumento possa, efetivamente, contribuir com o desenho dos territórios, bairros, regiões - e das bacias hidrográficas - que compõem o tecido urbano paulistano.

Parte da reflexão proposta foi focada na compreensão da importância desse instrumento para a política pública. Parte foi focada no diálogo sobre os principais componentes que podem nortear uma abordagem socioecológica para que se responda mais sistemicamente aos desafios de diferentes realidades urbanas da cidade de São Paulo e que também poderia servir de inspiração para outras realidades brasileiras. O diálogo com outras regiões e os estudos em curso se tornam centrais para o avanço na compreensão de uma abordagem mais assertiva em planejamento e cogestão local, visando o aproveitamento integral do potencial que esse instrumento traz no apoio a comunidades urbanas.

A composição desta Sessão abrangeu diferentes regiões do Brasil e Portugal, na busca por compor um cenário que inclui práticas que se originam no campo acadêmico e do ativismo engajado, eixo norteador desse diálogo.

Tomando-se por base a realidade de São Paulo, no Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2014, esse instrumento está previsto de maneira breve e sucinta, em artigos específicos, mas percebe-se que as considerações feitas são insuficientes para dar conta da complexidade da realidade na qual se insere, para que esse instrumento possa, efetivamente, contribuir com o desenho dos territórios, bairros, regiões - e das bacias hidrográficas - que compõem o tecido urbano paulistano, mas que remetem à realidade de outras metrópoles.

O exemplo de Brasília, com o texto “A experiência do plano de bairro da Vila Cauhy no Distrito Federal: potencialidades para a cogestão da agenda territorial e da convergência socioecológica”, de Liza Andrade e Pedro Ernesto Barbosa, apresentou uma experiência acadêmica no curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB, no âmbito do Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes”. Teve o objetivo de propor soluções para o conflito socioambiental vivido pelos moradores da Vila, localizada no Núcleo Bandeirante, Brasília, DF. Ao pensar em

possibilidades ecologicamente adequadas e desenvolvidas de forma participativa para um eventual processo de regularização fundiária de cenário incerto, o Plano de Bairro assumiu o compromisso de envolver a remoção de muitas famílias.

No texto de Ana Cláudia Cardoso e Clarissa Freitas “Monitoramento popular da transformação da paisagem periférica em Fortaleza e Belém”, foram apresentadas as intervenções de saneamento e drenagem na periferia de Fortaleza e Belém, do Rio Maranguapinho (trecho III) e do Igarapé São Joaquim, respectivamente, ambas ocorreram desacompanhadas de uma visão de planejamento territorial integrada na escala local, observa-se a falta de incorporação da dimensão socioambiental.

Nos estudos e pesquisas feitas, argumenta-se que a ampliação do conhecimento sobre as práticas populares de monitoramento da implementação dos investimentos podem apontar caminhos para a efetivação de um processo de produção do espaço visando a convergência socioecológica, e privilegiando o olhar dos moradores. Denota-se que o fortalecimento cívico comunitário é um elemento essencial de um processo de urbanização capaz de responder simultaneamente às demandas sociais e ambientais.

No estudo de José Carlos Mota, “Roteiro para planejar a cidade de proximidade – aprendizagens para Portugal a partir de experiências internacionais”, da Universidade de Aveiro, fica em destaque o conceito “*cidade dos 15 ou 20 minutos*”, em discussão em cidades como Paris e Milão, mas também em cidades médias, com referência recente no *World Cities Report 2022* das Nações Unidas. O termo introduz a necessidade de olhar para a ideia da proximidade em múltiplas dimensões: a dimensão ecológica baseada na redução das deslocamentos motorizados e das emissões CO<sub>2</sub>; a dimensão espacial sustentada numa reconquista do espaço público para funções de lazer, encontro social e promoção da biodiversidade urbana; a dimensão social que impulse a geração de novos negócios locais (circuitos curtos) e de atividades de vizinhança; e a dimensão cívica que estimule ações experimentais de urbanismo tático e de financiamento comunitário.

A observação das políticas, programas, planos e projetos para as cidades em Portugal mostra o quão frágeis são os resultados e o quão longe se está dos designios, sonhos e agendas de transformação que enchem as páginas dos jornais e das revistas científicas - enquanto urge um viver coletivo que privilegie a melhoria do sentido de vizinhança e de comunidade.

Pôde-se inferir que os planos de bairro são campos férteis que podem fomentar, não somente a participação, mas também a perspectiva de engajamento qualificado da vizinhança e pessoas da comunidade na sua diversidade de atores - para conexão entre si e com o lugar do cotidiano e suporte. Para isso, no âmbito do plano podem ser facilitadas possibilidades de encontro tanto nos equipamentos existentes, como são por exemplo as escolas, e nas praças, que podemos entender como ágoras, lugares de debate e reflexão conjunta sobre os caminhos que se pretende seguir conjuntamente - como também um esforço no sentido da conscientização da existência de dispositivos ecológicos de infraestrutura urbana, de tal maneira que as transformações socioespaciais sejam (re)conectadas com os ciclos naturais - com os biomas, as bacias hidrográficas e compartimentos ambientais, portanto, com as águas, e com a vida de forma geral.

No âmbito dos planos de bairro, em uma interação de gestão compartilhada, a questão da gestão de recursos surge como básica - como lidar com os recursos é algo que, na perspectiva do engajamento, deve ser conduzida pelo conjunto da comunidade. A expectativa é que, a partir da crescente conscientização socioecológica, estes sejam destinados a ações em prol de uma condição urbana em harmonia dinâmica com ciclos naturais.

A ideia de que “Forma segue o fluxo: soluções em harmonia dinâmica com os ciclos naturais na escala do bairro”, José Otávio Lotufo e Luis Octávio P. L. de Faria sugerem repensar a multifuncionalidade das estruturas naturais e antrópicas. Reconhecer as obstruções convencionais sobre a livre fluência dos processos que sustentam um ecossistema urbano é passo fundamental para um processo regenerativo que proporcione a confluência e reconciliação entre os processos

humanos e naturais.

No que se refere aos aspectos legais e mecanismos existentes ou ausentes, os estudos e pesquisas apresentados neste evento que foi o mais recente, se propõem a explorar os aspectos legais, os mecanismos existentes e os necessários para a efetiva realização de planejamento e cogestão na escala local, no município de São Paulo, com base em participação popular, que de fato atenda às especificidades e potencialidades de cada lugar, sob os diversos aspectos socioecológicos, especialmente no atual cenário de urgência climática.

Elisa Rocha e Marcos Galhego apresentaram o texto “Planejamento e cogestão na escala local: aspectos legais e mecanismos existentes e ausentes - o caso do município de São Paulo”, refletindo sobre o Plano Diretor Estratégico - PDE de 2014, em seus artigos específicos relacionados ao Plano de Bairro, percebendo que as considerações feitas são insuficientes para dar conta da complexidade da realidade na qual se insere, para que esse instrumento possa, efetivamente, contribuir com o planejamento e (re)desenho dos territórios que compõem o tecido urbano municipal.

Olhando para todas as contribuições, a intenção foi que esta Sessão trouxesse insumos facilitadores no sentido de que os diferentes contextos de bairros se tornem ecológicos e, portanto, Ecobairros - nos quais a conexão com ciclos naturais ocorra de maneira efetiva, a partir de um aprofundamento do cuidado na relação entre todos os seres - seres humanos e de outras espécies - sempre no sentido de que a vida como um todo, a biosfera, seja favorecida. Considera-se que a ausência de políticas públicas consistentes no contexto brasileiro relativas à escala local, escala de bairro e, adicionalmente que gerem desempenho socioeconômico e ambiental superior, por isso vale mapear e sistematizar informações sobre o processo de desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis – em especial a reflexão sobre ecobairros (FREITAS, 2016).

No cenário de escala local e sobre os planos de bairro apresentados, considerando-se a busca por uma abordagem de convergência socioecológica, naquele momento, motivou-se o debate sobre o que seria preciso refazer, restaurar e revisar nas políticas públicas?; quais desafios e potencialidades na construção de uma abordagem socioecológica no âmbito do planejamento local?; e o que faz-se necessário reinventar no campo da pesquisa e da pós-graduação, em conjunto com a sociedade?

## **5. Discussão e Aprendizados**

Ao evidenciar os aspectos teóricos e metodológicos que atravessam a problemática das questões socioecológicas nas cidades brasileiras, nota-se que os grupos envolvidos na rede colaborativa em formação conduzem seus projetos de ensino de forma indissociada à pesquisa e extensão, de forma a promover maior associação dos processos internos à universidade junto à sociedade.

Preeminentemente, também é notável a capacidade dos grupos envolvidos em enxergar com sensibilidade as práticas e iniciativas comunitárias que já acontecem nos lugares e territórios de forma prévia ao início das ações. Por sua vez, estas ações são definidas em diálogo com os moradores locais, o que reflete no modo como o protagonismo técnico compartilha o lugar do protagonismo das pessoas dos lugares, ambos se complementando enquanto agentes de transformação do meio ambiente urbano.

Nota-se o comprometimento com leituras técnico-comunitárias com o intuito de conhecer e apresentar aos estudantes e envolvidos com os processos de projeto, a realidade local em primeiro lugar, pois sem essa forma de agir, não seria possível caminhar rumo à convergências socioecológicas nos respectivos projetos.

É perceptível uma abertura para a revisão de narrativas mais inclusivas, do mesmo modo que a realidade local é vista sob o olhar das potencialidades em meio aos desafios. As atividades dos grupos envolvidos na rede demonstram, acima de tudo, a busca em desenvolver a capacidade de

conviver com a biodiversidade na convergência entre o social e o ambiental, visando transmitir esse princípio aos projetos atuais e futuros.

Na conjuntura política atual, estes pressupostos tornam-se relevantes para o quanto essas formas de atuação se conectam com princípios democráticos e inclusivos, tão relevantes para o campo da extensão universitária.

É fato que se a universidade pública se mantiver distante da sociedade, alheia às demandas da materialidade da realidade histórica, às disputas das classes sociais e aos conflitos sociambientais no território, esta ficará isolada e sem importância para a população brasileira e para o governo. Por outro lado, se cada vez mais associar-se aos cidadãos por meio de pesquisas e ações, envolvendo estudantes, técnicos e professores, transformando-se mutuamente em práticas emancipatórias e mais solidárias, terá condições de conduzir a novas formas de construção da cidadania individual e coletiva (ANDRADE, LOUREIRO, 2020).

## 6. Considerações Finais e possíveis desdobramentos

A conexão em rede colaborativa possibilita reunir esforços como oportunidade de apresentar questões reais, persistentes e cotidianas, em busca de respostas que envolvem a criação de cidades e comunidades mais democráticas, justas e inclusivas, considerando revisitar as narrativas e reconhecendo o devido lugar das práticas comunitárias emergentes e práticas insurgentes como agentes de transformação socioespacial.

Quando uma rede colaborativa de trocas e aprendizagem se forma há uma prerrogativa de expansão. A difusão do conhecimento para dinamizar a pesquisa no campo ampliado da Arquitetura, Urbanismo e áreas complementares, por meio do intercâmbio de ideias e projetos, não apenas faz convergir ações de investigação científica desenvolvidas pelos grupos envolvidos nas respectivas instituições, mas tem a tendência de ampliar seu alcance junto à iniciativas populares e da sociedade civil.

Também possibilita uma ampliação da capacidade de aplicação do conhecimento e experiências entre os atores da rede, visando o compartilhamento interno e externo de conhecimento, metodologias e tecnologias, possibilitando uma melhor otimização do tempo e integração dos espaços acadêmicos em interlocução com a sociedade.

Este trabalho apresenta limites por se tratar de uma reflexão sobre um processo em formação e esta condição suscita uma necessária maturação e distanciamento do processo em andamento. No entanto, no momento contemporâneo, as transformações urbano-ambientais e os impactos recorrentes e persistentes que as comunidades e territórios enfrentam no seu cotidiano são motivações que despertam a necessidade por reflexões ao longo desses mesmos processos. Assim, muitas vezes, é possível rever rumos e formas de condução para que se tornem profícuos e relevantes para todos os envolvidos.

## 7. Referências

ALEXANDER, Christopher. **Uma Linguagem de Padrões**. Porto Alegre: Bookman Editora Ltda., 2012.

ANDRADE, Liza Maria S. **Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos à construção de um método transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e no nível da paisagem**. Tese (Doutorado) FAU/UnB. Brasília, 2014.

ANDRADE, Liza Maria S.; LOUREIRO, Vânia R.T. A importância da “quadríade” ensino-pesquisa-extensão-gestão para promover a universidade cidadã: experiências na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB no território do DF e Entorno. In: GORDILHO-SOUZA *et. al* (org.) *Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em arquitetura e urbanismo*. Salvador: EDUFBA, ANPARQ, 2020.

ANDRADE, Liza Maria S.; LOUREIRO, Vânia R.T.; LEMOS, Natália da S.; LENOIR, Juliette A.F. Assessoria sociotécnica da resistência do Grupo Periférico no contexto da Reurb-S no DF: a linguagem de padrões auto-organizados como códigos geradores de processo de projeto de urbanismo para a Ocupação Dorothy Stang. In: [CAMPOS, Marta M. *et al.* (org.)] *Outra arquitetura social: assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo*. Vitória, ES: EDUFES: AsM, 2022.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e outros ensaios**. (org. Mauro José Cavalcanti). Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BUENO, Laura M. de M. **Desafio socioecológico**: a urgência de um urbanismo social para combater o “urbanismo vagabundo”. In: *Anais do VI ENANPARQ* (online). pg. 348-350. Brasília: FAU-UnB, 2020.

CARDOSO, Ana Cláudia; GOMES, Taynara. **A disputa pela terra das ocupações tradicionais no contexto amazônico**: a emergência por uma convergência socioecológica dos padrões de urbanização. In: *Anais do VI ENANPARQ* (online). pg. 344-347. Brasília: FAU-UnB, 2020.

CASAGRANDE Jr., Eloy F.; AGUDELO, Libia Patricia P. **Escritório Verde da UTFPR**: o ensino através da prática da sustentabilidade. In: *Anais do VI ENANPARQ* (online). pg. 354-359. Brasília: FAU-UnB, 2020.

EIZAGUIRRE, Santiago; PRADEL-MIQUEL, Marc; TERRONES, Albert; MARTINEZ-CELORRIO, Xavier. **Multilevel Governance and Social Cohesion: bringing back conflict and citizenship practices**. Universitat de Barcelona. Facultat d’Economia i Empresa Departament. 2012.

FARIA, Luciana de O. **Redes e processos de aprendizado**. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

FERNANDES, Juliana B.; FREITAS, Clarissa F. S. **O agir na brecha: o lugar das insurgências participativas**. Revista Políticas Públicas & Cidades, v. 9, p. 1, 2020.

FORPROEXT. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras – Plano Nacional de Extensão Universitária. maio, 2012.

FREITAS, Lara Cristina Batista; SILVA, Luis Octavio P. L. de Faria e. **Enfermeir@s do mundo antigo e parteir@s de um mundo novo**: instrumentos facilitadores de caminhos no sentido de ecobairros para comunidades regenerativas. In: *Anais do VI ENANPARQ* (online). pg. 351-353. Brasília: FAU-UnB, 2020.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensaios. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAS, Clarissa S.; ARIAS, M.T.; ROCHA, R. T.; FIGUEIREDO, L.G. de; ROLDAN, A.C. de A. S.; NASCIMENTO, V. **Comunidade Raízes da Praia**: uma experiência de práticas insurgentes na cidade de Fortaleza. *Direito da Cidade*, v. 13, p. 1, 2021.

FREITAS, Lara C. B. **Análise de assentamentos humanos sustentáveis**: experiências relevantes de ecobairros e ecovilas. Dissertação (Mestrado). PUC-Paraná. Curitiba, 2016.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: Cartografias do Desejo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. (1986)

GUATTARI, Félix. **As Três Ecologias**. [Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt]. 21ªed. Campinas: Papyrus, 2012. (1989)

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. [Tradução de Rubens Eduardo Frias]. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991. (1968).

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 8a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (1982).

- ODUM, Eugéne P.; BARRETT, G.W. **Fundamentos de Ecologia**. São Paulo: Ceneage Learning, 2007. (1953).
- ROCHA, Heliana F. Mettig; RAYNAL, Camila; CLOUGH, Carmélia. **Por uma abordagem socioecológica no planejamento urbano**: problematizando resiliência urbana, climática e comunitária em Salvador da Bahia. In: *Anais do XIX ENANPUR* (online). Blumenau: FURB, 2022.
- ROCHA, Heliana F. Mettig. **O Lugar das Práticas Comunitárias Emergentes**: caminhos de coexistência socioecológica em projetos urbanos. Tese (Doutorado). PPGAU/UFBA. Salvador, 2017.
- ROCHA, Heliana F. Mettig; ANDRADE, Liza Maria S. **Caminhos de Convergência Socioecológica Transdisciplinar**: saberes, projeto e prática em Arquitetura-Urbanismo e Saúde. In: *Anais do XIX ENANPARQ* (online). Sessão Livre. Brasília: FAU-UnB, 2020.
- ROCHA, Heliana F. Mettig; CARDOSO, Maria Angela. **Experimentando caminhos de convergência socioecológica no ensino-pesquisa-extensão em Arquitetura-Urbanismo-Paisagismo**. In: *Anais do XIX ENANPARQ* (online). Sessão Livre. pg. 340-343. Brasília: FAU-UnB, 2020.
- ROCHA, Heliana F. Mettig; ANDRADE, Liza Maria S. **Justiça climática para produção do habitat**: infraestruturas físicas e sociais mais resilientes. In: *Anais do XIX ENANPUR* (online). Sessão Livre. pg.327-359. Blumenau: FURB, 2022.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI. Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade – 3ª edição*. Cortez, São Paulo, 2011.
- SILVA, Luis Octavio de Faria e Silva; CARRANZA, Edite; TOLEDO, Renata F. **Arquitetura e Cidade em uma agenda socioambiental**: caminhos para um manejo regenerativo do habitat humano. ARQ.URB., v.32, p.1-1, Galote Editorial, 2021.